



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

BRENDA DA SILVA SEIXAS

**OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 28 DA CONVENÇÃO SOBRE O
DIREITO DA CRIANÇA PARA COM CRIANÇAS REFUGIADAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília

2019

BRENDA DA SILVA SEIXAS

**OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 28 DA CONVENÇÃO SOBRE O
DIREITO DA CRIANÇA PARA COM CRIANÇAS REFUGIADAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Relações Internacionais como requisito parcial para
conclusão da graduação.

Orientadora: Carolina de Abreu B. Claro

Brasília

2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, Raimundo Nonato e Marta Seixas por terem feito de tudo por mim sem nunca cobrar nada em troca e por me terem dado uma base de confiança e amor incondicional. Agradecimento especial à minha mãe por ser minha maior inspiração de vida, pois mesmo diante de situações adversas você continua a sonhar alto e fazer o seu melhor. Obrigada por ser minha melhor amiga, meu porto seguro, por rir das minhas piadas e por estar sempre ao meu lado. Espero que ainda realizemos muitos sonhos juntas.

Aos meus irmãos, Ravena e Arthur, agradeço por serem uma parte tão importante de mim. Mesmo sendo tão diferentes, não tenho dúvidas de que vocês são os melhores companheiros de vida que eu poderia ter. Também gostaria de agradecer ao meu cachorro Bolt, que me acompanhava em todas as manhãs de final de semana quando eu ia tomar café ao sol e me trazia uma paz absurda.

Agradeço aos meus amigos de vida, Letícia Michetti e Igor Bueno, por estarem comigo desde que me entendo por gente, por participarem de todas as fases da minha vida com apoio, sinceridade, amizade e bom humor. Nossas conversas e desabafos matinais são mais importantes para mim do que vocês imaginam.

Às amigas que fiz durante esse período da universidade, Anais, Ana Luiza e Jordana, deixo minha eterna gratidão por terem me acolhido quando entrei nesse curso e estava completamente perdida, e por compartilhar dos momentos de desespero. Vocês fizeram dessa experiência, que por vezes desgastante e desencantadora, ser muito mais acolhedora e animada. Agradecimento especial a minha amiga Anais Ortega. Você esteve comigo nos momentos bons (que foram muito bons) e nos momentos ruins (que foram muito ruins), sem julgamentos, sem rancor, apenas com muito carinho e seu humor peculiar. *You're my person.*

Agradeço também, aos mestres e professores que eu tive durante esse período, por terem me ensinado não apenas matérias relacionadas às teorias, mas também terem ensinado sobre experiências de vida.

Por fim, gostaria de agradecer a mim mesma por ter crescido, amadurecido e enfrentado tudo sem nunca deixar de lado minha essência, reafirmando minha certeza de cada dia me aproximo mais de ser a pessoa que sempre sonhei.

RESUMO

Quando a criança refugiada chega a um novo país devem ser garantidos a ela todos os direitos humanos fundamentais que constam na Convenção das Nações Unidas sobre Crianças, sendo um dos mais importantes o direito à educação que vai contribuir para o bom desenvolvimento da criança. Neste trabalho pretendem-se analisar quais são os desafios da criança refugiada ao tentar alcançar esse direito garantido pelo artigo 28 da CDC, e elucidar porque mais de três milhões de crianças refugiadas estão fora das escolas. Por meio de uma revisão bibliográfica iremos averiguar a importância do direito à educação no Brasil, os mecanismos que a regem e analisar estudos de caso realizados em escolas de São Paulo e Rio de Janeiro. Por meio destes verifica-se que apesar de garantir o direito à educação por diversos meios, na prática as crianças refugiadas ainda encontram diversos obstáculos no acesso à educação, desde o ato da matrícula, por falta de documentação, até as questões de discriminação e a barreira linguística que dificultam o aprendizado e a inclusão social da criança.

Palavras-chave: Refúgio; Criança; CDC; Educação; Brasil; Direitos Humanos.

ABSTRACT

When a refugee child arrives in a new country, he/she must be guaranteed all the fundamental human rights contained in the Convention on the Rights of the Child, one of the most important right being the right to education, which will contribute to the good development of the child. This paper aims to analyze what are the challenges of refugee children in trying to achieve this right guaranteed by article 28 of the OHCHR, and to clarify why more than three million refugee children are out of school. Through a literature review we will investigate the importance of the right to education in Brazil, the mechanisms that the State uses to guarantee them and analyze case studies conducted in schools in São Paulo and Rio de Janeiro. Through these, it can be seen that despite guaranteeing the right to education by various means, in practice refugee children still encounter various obstacles when it comes to accessing education, from enrollment, because of the lack of documentation, to discrimination and language barrier that hinder the learning and social inclusion of the child.

Key-Words: Refugees; Children; OHCHR; Education; Brazil; Human Rights.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ART.	Artigo
CDC	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PIDSEC	Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais
ONG	Organização Não Governamentais
EMEIS	Escolas Municipais de Educação Infantil
CEE	Conselho Estadual de Educação
CME	Conselho Municipal de Educação

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança	2
2. O Direito à educação no Brasil.....	5
3. A importância da educação para crianças refugiadas	10
4. O direito à educação da criança refugiada	17
5. A Realidade Enfrentada	21
5.1 Crianças bolivianas imigrantes em São Paulo	21
5.2 Crianças congolesas refugiadas no Rio de Janeiro	24
Conclusão	28
Referências	30

INTRODUÇÃO

O ACNUR publicou que em 2017, quatro milhões de crianças refugiadas não se encontravam matriculadas em escolas, sendo que de 25,4 milhões de refugiados mais de sete milhões são crianças em fase estudantil (ACNUR). A educação é algo fundamental para que a criança refugiada continue seu desenvolvimento como ser humano em um meio social, para melhor se integrar ao novo país, e também para conseguir voltar, em seu nível mínimo, a ter uma rotina e uma vida normal.

O grupo de crianças refugiadas está mais suscetíveis aos perigos, como abusos sexuais, tráfico de pessoa, e outros tipos de exploração, assim como serem separadas dos pais, as que já não estão. O fato dessas crianças já estarem em um estado de vulnerabilidade devido ao deslocamento forçado, faz com que elas necessitem de um cuidado excepcional devido às atrocidades e traumas que possa ter presenciado¹.

A Convenção sobre os Direitos da criança é o instrumento de direitos humano mais aceito na história, que foi ratificado por 196 países, incluindo o Brasil. Seu objetivo é principalmente assegurar que os direitos das crianças sejam garantido de forma digna universalmente. Em seus artigos os direitos das crianças são elucidados em todos os seus eixos, incluindo, no artigo 28, o direito ao acesso à educação gratuita e de qualidade para todas as crianças, sem discriminação quanto à raça, gênero ou nacionalidade².

Como signatário desse tratado é obrigação do Brasil garantir que todas as crianças em seu território tenham esse direito, incluindo as crianças que aqui estão refugiadas.

Quando tratamos do refúgio, não como algo temporário, mas como uma alternativa de longo-prazo e que irá afetar a vida da criança, a educação infantil se torna indescritível, pois essas crianças devem retornar a uma rotina saudável e se formarem como futuros adultos que irão contribuir para a sociedade. A educação é algo que independente do que aconteça, não pode ser tirada de você³.

¹ BIERWITH, Christoph. The protection of Refugee and Asylum-seeking children: the convention on the rights of the child and the work of the committee on the rights of the child. Refugee Survey Quarterly, Geneva, v. 24, n. 2, p. 98-124, dez./2005, p. 108

² Convenção sobre o direito da criança. 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 30/06/2019.

³ DRYDEN-PETERSON, Sarah. Refugee education: Education for an unknowable future. Curriculum Inquiry, USA, v. 47, n. 1, p. 14-24, 2017, p. 19

Ao longo do tempo o refúgio passou a ser objeto de responsabilidade do Estado, pois cabe a ele criar suas próprias leis e órgãos que transmitam o compromisso que o país assumiu por meio dos acordos internacionais (como a CDC e o Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais, por exemplo) adaptando os padrões internacionais às condições locais⁴.

Como expressado pelo artigo 28, as iniciativas para integrar crianças refugiadas nas escolas vai depender do governo brasileiro, que deve garantir que as crianças que aqui chegam as de status de solicitante de refúgio ou as que já têm o status de refugiada, sejam inserida nas escolas da rede pública ou privada. Mas existe diversos obstáculo para que isso de fato ocorra, como a barreira linguística, o preconceito, a adaptabilidade da criança ao novo ambiente (sociabilização), e a dificuldade de comprovar a escolaridade e de acesso a outros documentos.

Na primeira parte do artigo iremos explicar as diretrizes da CDC, a importância do artigo 28 ao tratar da educação como um direito humano básico e como o Brasil trata dessa temática no âmbito doméstico. Na segunda parte foca-se na importância da educação para adaptação e desenvolvimento da criança refugiada, e nos mecanismos que o Brasil criou ou faz parte, para garanti-los. Na terceira parte, por fim, traremos estudos de caso onde pesquisas foram realizadas em escolas de São Paulo e Rio de Janeiro para observar quais os desafios que ainda mantém a criança refugiada fora da escola.

1. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) é o instrumento de direitos humano mais aceito na história, com assinaturas de 196 países, incluindo o Brasil⁵. Seu objetivo é principalmente assegurar que os direitos das crianças sejam garantidos de forma digna universalmente⁶. Seu caráter moral, por ter sido amplamente aceita, faz com que seus princípios se expressem como uma norma essencial dos direitos humanos que os estados podem usar como ferramenta de governança interna.

⁴ JUBILUT, Liliana Lyra. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? Journal of refugee studies, England, v. 19, n. 01, fev. 2006, p. 28

⁵ Convenção das Nações Unidas sobre o direito da criança. 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 30 jun. 2019

⁶ Ibidem

O Comitê dos Direitos da Criança, formado por 18 especialistas, é o corpo responsável por monitorar a execução da Convenção⁷. No entanto, apesar de ser uma convenção com alcance universal, essa supervisão pode ser um tanto quanto falha já que o Comitê, diante de possíveis descumprimentos, pode apenas fazer recomendações aos Estados partes, que podem ou não respeitá-las. Algo que melhorou o alcance do Comitê foi seu Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações (aprovado em 2011 e com entrada em vigor em 2014), que passou a permitir que crianças, em caráter individual, possam fazer denúncias de violações dos seus direitos⁸.

Essa convenção foi de grande importância a partir do momento que as crianças passaram a ser vistas como um grupo prioritário que precisam de cuidados especiais. Em seus artigos são explanados os direitos da criança universalmente, como questões de segurança, bem-estar, educação, cultura, socioeconômicas, assim como direitos políticos. Cabe mencionar que a CDC define como criança “todo ser humano menor de 18 anos, salvo se nos termos da lei que lhe foi aplicável, atingir a maioridade mais cedo”⁹.

Os princípios que guiam a CDC são o do melhor interesse da criança (artigo 3º), onde os interesses da criança devem ser prioritários nas ações que lhe afetam diretamente, o da participação (artigo 12º), que prevê o direito da participação das crianças em decisões que lhe dizem respeito, e o da não discriminação (no artigo 2º), onde é previsto que os Estados assegurem os direitos das crianças sob sua jurisdição. Por exemplo, para crianças migrantes e refugiadas, o princípio da não discriminação proíbe que elas sofram qualquer tipo de discriminação e que sejam tratadas de maneira diferente em razão de serem migrantes ou refugiadas¹⁰.

O Estado tem o dever de garantir a segurança e o pleno desenvolvimento de todas as crianças, principalmente daquelas que por algum motivo se encontram sem um supervisor ou responsável que garanta sua proteção. É de extrema importância que exista um documento como a CDC que cuida especificamente e especialmente das crianças, de modo que suas

⁷ Convenção sobre o direito da criança. 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 30 jun. 2019

⁸ Comitê dos direitos da criança. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações. 14 abr. 2014

⁹ Convenção sobre o direito da criança. 20 Nov. 1989.

¹⁰ BIEREIRTH, Christoph et al. The protection of refugee and asylum-seeking children, the convention on the rights of the child and the work of the committee on the rights of the child. Refugee Survey Quarterly, England, v. 24, n. 2, 2005. pg. 101

necessidades especiais sejam mais bem tratadas de acordo com as especificidades de sua situação.

Na CDC, situações específicas como de crianças deficientes ou migrantes também podem ser respaldadas pela Convenção. A título de exemplo, seu preâmbulo reconhece “[...] que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis e que importa assegurar uma atenção especial a essas crianças”¹¹, dando atenção especial para crianças que vivem em situações de maior vulnerabilidade, necessitando de uma atenção e proteção específica em cada caso e que, conseqüentemente, podem ter seus direitos violados, já que estão mais suscetíveis a serem excluídas da sociedade ou sofrerem abusos, ser vítimas de tráfico de pessoas, entre outros tipos de violência.

No que tange à educação das crianças, cabe destacar a importância do artigo 28 da CDC, que menciona:

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades: a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos; b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade; c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados; d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças; e) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escola¹².

A educação é de grande importância para um desenvolvimento saudável e próspero do ser humano, formando um dos principais pilares na formação da personalidade e das habilidades de um indivíduo, podendo desenvolver suas habilidades motoras, mentais, sociais e agregar-se de um conhecimento que futuramente será muito importante para seu papel na sociedade. Tamanha é a importância da educação que os Estados partes da CDC têm obrigação de incluir o direito de acesso à educação gratuita e de qualidade para as crianças sem qualquer tipo de discriminação, incluindo crianças migrantes, refugiadas e aquelas pertencentes a outros grupos minoritários.

Em 2019 a Assembleia Geral da ONU publicou a resolução 71/77 quanto ao Direito da Criança, em seu paragrafo 13 enfatizando a importância da CDC no seu objetivo de proteção aos direitos das crianças.

¹¹ Convenção sobre o direito da criança. 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 30 jun. 2019

¹²Ibidem

Reaffirms paragraphs 20 to 29 of its resolution 68/147, calls upon all States and the international community to create an enabling environment in which the well-being of the child is ensured, including by strengthening international cooperation in this field [...] all related efforts to ensure that resources allocated and spent for children, especially on children's education and health, should serve as a means for the fulfillment of the rights of the child¹³,

A CDC, ao mesmo tempo em que é um instrumento de grande importância, aceito de maneira universal e com um texto íntegro, que abrange diversas situações onde o direito da criança deve ser protegido, é falho quanto ao seu caráter vinculativo aos Estados, que não sofrem sanções ao descumpri-la. Por isso, cabe aos seus Estados partes estabelecerem instrumentos normativos de direito domésticos baseados na universalidade da CDC e que possam garantir que toda criança tenha a proteção e os direitos necessários para seu desenvolvimento, como fez o Brasil ao incorporá-la ao seu direito nacional com o decreto 99.710 de 1990¹⁴.

2. O Direito à educação no Brasil

A educação é algo essencial para o desenvolvimento socioeducativo do ser humano e que deve começar na fase infantil, por isso é de grande importância que o Estado garanta que a criança esteja inserida no meio educativo por meio da escola e de projetos educativos. Katarina Tomasevski, autora e relatora especial das Nações Unidas entre 1998 e 2004 sobre os direitos das crianças, reiterou a importância da educação nos seus relatórios, sempre tratando da educação como um direito humano que deve ser assegurado pelo Estado, “o principal protetor desses direitos – a autoridade em que se deve apoiar para que sejam cumpridos – é também o principal violador”¹⁵.

Tomasevski explica que quando o Estado assume o compromisso, seja por meio de acordos internacionais ou uma legislação doméstica, sobre a educação pública e de qualidade como um direito para sua sociedade, ele estaria cometendo uma violação de direitos humanos

¹³ UN Resolution 71/177 Rights of the child. 30 jan. 2017.

¹⁴ BRASIL, Decreto nº 99710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

¹⁵ MAGALHÃES, Giovanna Modé. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 2, n. 2, set. 2013, p. 51.

ao não cumprir com essa obrigação¹⁶. O Brasil, por exemplo, criou um Estatuto de proteção da criança e do adolescente que assegura a educação para todas as crianças.

A autora também identifica um esquema de quatro ações governamentais necessárias por meio das quais a educação, como um direito humano, pode ser alcançado, o *4A's scheme*, sendo eles disponibilidade (*available*), acessibilidade (*accessible*), aceitabilidade (*acceptable*) e adaptabilidade (*adaptable*)¹⁷.

A questão da disponibilidade deriva da obrigação dos governos de garantirem a educação pública como um recurso de direito social assim como também permitir que instituições privadas disponibilizem o mesmo diante do direito civil do sujeito¹⁸. A acessibilidade trata da questão de que o governo tem o dever de garantir a educação sem discriminação, e não exclusivamente a educação básica, o que não está explícito nos princípios de direitos humanos e do direito da criança¹⁹, mas ofertar todos os níveis de educação de forma gratuita, assim, como no caso do Brasil, que disponibiliza desde serviços de creche até o nível superior, com diversas universidades públicas.

O panorama do 'aceitável' diz respeito à segurança e o nível de qualidade que a educação fornecida deve apresentar²⁰. O direito à educação deve ser efetivado em um ambiente com segurança e onde a criança possa aprender, Tomasevski até menciona que alunos migrantes deveriam ter aula na sua língua materna, também mencionando o desenvolvimento de instrumentos e políticas específicas para adaptação de minorias como indígenas e migrantes²¹, mas que por exemplo, na Corte Europeia de Direitos Humanos essa questão não foi tratada como uma violação já que o estado tem o direito de determinar qual vai ser a língua oficial das escolas²².

Isso seria uma situação muito difícil de ocorrer no Brasil, pois não existe nenhuma política pública para o ensino de estrangeiros, seja de programas de adaptação ou aulas extras de línguas, apenas se conta com a boa vontade da instituição e de professores de serem mais flexíveis nessas situações e tentarem integrar a criança da melhor forma, sem tirá-los completamente da sua identidade²³.

¹⁶TOMASEVSKI, K. Human Rights Obligations in Education: The 4-A Scheme. Wolf, Nijmegen, 2006, p. 13

¹⁷ Ibidem, p. 13

¹⁸ Ibidem, p. 16

¹⁹ Ibidem, p. 27

²⁰ Ibidem, p. 29

²¹ Ibidem, p. 29

²² Ibidem, p. 30

²³ NOVA ESCOLA. O desafio das escolas brasileiras com alunos imigrantes. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1534/o-desafio-das-escolas-brasileiras-com-alunos-imigrantes>. Acesso em: 4 nov. 2019.

Por último, quanto a adaptação, a autora busca tratar especificamente do processo de aprendizado das crianças na escola e como essa deve por vezes se adaptar quanto as necessidades específicas das crianças. “Children with learning difficulties may be classified as ‘un-educable’ and prevented from learning rather than being helped to learn”²⁴, como em casos de crianças deficientes ou migrantes, seguindo o princípio do melhor interesse das crianças que está presente na CDC²⁵.

O direito à educação é algo fundamental em qualquer país que preze pelo futuro da sua comunidade, e não seria diferente no Brasil. Como já mencionado, ele é signatário da CDC que além de tratar outros tipos de proteção infantil, também traz a educação como algo essencial para a criança. Mas também existem outros instrumentos, internacionais e domésticos, no qual o Brasil se compromete com a ideia do direito à educação para todas as crianças, sem discriminações.

Em 1941 a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pelas Nações Unidas com o objetivo de tratar, de forma diplomática, sobre os direitos essenciais do homem. E para a construção de uma sociedade justa, onde as pessoas são livres em suas escolhas, não poderia faltar a menção à educação devido a sua importância para a prosperidade do sujeito. Em seu artigo 26, é ressaltado que a educação é um direito universal, que deve ser gratuita, inclusiva e que dentro dela se preze por um espaço amigável, livre e que enfoque no respeito ao próximo.

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz²⁶.

Ainda no internacional, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que entrou em vigor em 18 de julho de 1978, tem como objetivo tratar dos direitos humanos civis e políticos essenciais para o ser humano prezando por uma vida livre e digna. Em seu artigo 26 a convenção faz menção ao papel do Estado como o responsável por garantir o direito à educação da sociedade²⁷.

²⁴ TOMASEVSKI, K. Human Rights Obligations in Education: The 4-A Scheme. Wolf, Nijmegen, 2006, p. 31

²⁵ Ibidem, p. 31

²⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26. 10 dez. 1948

²⁷ Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 26 . 18 jul. 1978

No Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDSEC), que entrou em vigor em 24 de abril de 1992, o artigo 13 também apresenta a seguinte cláusula:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz²⁸.

O artigo 13 mostra mais uma vez a importância e a necessidade da educação para que a criança possa se desenvolver em um jovem adulto que ajude a sociedade a prosperar. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC), formado em 1985, que foi criado para fiscalizar o cumprimento do PIDSEC, na Observação Geral nº 11, evidenciou a importância do direito à educação em si, e a importância dela para que outros direitos também pudessem ser cumpridos, no sentido de que a educação é algo básico para que assim outros direitos possam ser assegurados²⁹.

Nesse mesmo sentido, o Sistema Interamericano possui o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também conhecido como Protocolo de San Salvador, de 1988, trata da educação como responsabilidade do Estado, e como algo indispensável para a formação do indivíduo e da sua dignidade, assim como para a prosperidade de um mundo sem preconceitos, como podemos notar em parte do artigo 13.

1. Toda pessoa tem direito à educação. 2. Os Estados Partes neste Protocolo convêm em que a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. Convêm, também, em que a educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista, conseguir uma subsistência digna, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz. 3. Os Estados Partes neste Protocolo reconhecem que, a fim de conseguir o pleno exercício do direito à educação: a. O ensino de primeiro grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente; b. O ensino de segundo grau, em suas diferentes formas, inclusive o ensino técnico e profissional de segundo grau, deve ser generalizado e tornar-se acessível a todos, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pela implantação progressiva do ensino gratuito; c. O ensino superior deve tornar-se igualmente acessível a todos, de acordo com a capacidade de cada um, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pela implantação progressiva do ensino gratuito [...] ³⁰.

²⁸ Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 13. 16 dez. 1966.

²⁹ Comitê de Direitos Econômicos, sociais e Culturais das Nações Unidas, Observação Geral N. 11, 1999

³⁰ Protocolo de San Salvador, artigo 13. 17 nov. 1988

O caso *D.H and Others v. The Czech Republic*, que foi julgado pela Corte Europeia de Direitos Humanos, é um ótimo exemplo sobre a importância da educação universal. Nesse caso 18 cidadãos Checos de origem cigana (*Roma*) que moravam na República Checa alegavam que, apenas pelo fato de serem ciganos, foram designados para uma escola especial onde crianças que tinham alguma dificuldade de aprendizagem eram redirecionadas. Doze dessas crianças, junto aos seus responsáveis, recorreram ao Tribunal Constitucional e mais tarde à Corte Europeia, por acreditarem que esse redirecionamento tinha origem na discriminação racial. A Corte decidiu que havia sim ocorrido uma violação nos artigos 14 da Convenção Europeia de Direitos Humanos e do artigo 02 do Protocolo 01, que tratam da discriminação do sujeito e do direito à educação, respectivamente³¹.

Além desses mecanismos, no próprio Estado brasileiro, a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, reafirmou mais uma vez sua responsabilidade e sua consideração com este princípio criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), demonstrando todos os direitos e deveres que as crianças gozam em território brasileiro. O ECA se consolidou como um dos instrumentos mais usados no Brasil por defender a vida plena e saudável das crianças. Ele define criança como sendo “[...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”³².

O ECA trata da proteção do indivíduo, crianças e adolescentes, contra abusos, trabalho escravo, além dos direitos à saúde, educação, ao desenvolvimento espiritual, social, entre outros. Importante frisar que em nenhum momento o estatuto diferencia os direitos de crianças nativas ou migrantes.

No artigo 53 o ECA dispõe dos direitos da criança quanto à educação

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis.³³.

E no artigo 54 discorre sobre a responsabilidade do Estado quanto ao acesso à educação “Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (...)”³⁴. Em

³¹ Convenção Europeia dos Direitos Humanos. 04 nov. 1950

³² BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

³³ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, artigo 53

³⁴ Ibidem, Artigo 54

ambos os artigos podemos observar que a educação não só é um direito individual da criança e do adolescente, mas também é dever do Estado brasileiro a garantia do acesso à educação gratuita e universal.

Nota-se, por meio do CDS, que o Brasil tem uma grande responsabilidade com o direito humano à educação não só por meio de acordos do qual faz parte, mas também de mecanismos domésticos que asseguram o direito à educação para todos e coloca o Estado no papel de agente responsável por garantir que este direito não esteja apenas implícito no papel. Isso coloca o ordenamento jurídico brasileiro, que trata de educação, harmonizado com o ordenamento do sistema internacional.

Quando colocamos a educação como algo tão essencial para uma vida plena e saudável das pessoas, principalmente para crianças que estão em processo de desenvolvimento, podemos analisar com mais cuidado os casos de crianças que por alguma razão ou circunstância não estão no seu país de origem, já que essas, independentemente da situação migratória, devem gozar dos mesmos direitos que todas as demais crianças, como são o caso de crianças refugiadas.

3. A importância da educação para crianças refugiadas

A temática de refúgio é um assunto muito sensível e delicado, por se tratar de um processo de deslocamento forçado. Apesar de ser um tema presente na atualidade, a ideia de refúgio e refugiados está presente na sociedade há mais tempo que se imagina. Com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, o deslocamento forçado de pessoas e sua proteção se tornou um assunto de interesse internacional³⁵. Devido a esse grande número de deslocados a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um órgão específico, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 1950, para garantir a proteção internacional de pessoas que se encontravam em situação de refúgio³⁶. Logo depois, em 1951, criaram a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados, que definiu o conceito e os direitos dos refugiados, seguida de outros instrumentos que tratam da questão da

³⁵ THOMÉ, Roberta G.. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 178

³⁶ MOREIRA, J. B. (2005). A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, 4(7), 57-76, p. 60

pessoa refugiada, a exemplo do Protocolo sobre o Estatuto de Refugiado de 1967 também foram criados³⁷.

Em 1984, a Declaração de Cartagena ampliou a definição de refugiado que se encontra na Convenção Internacional sobre o Estatuto do Refugiado, de 1951³⁸.

A definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.³⁹

Apesar declaração não ter caráter vinculante, foi adotada por diversos países nas resoluções legais quanto ao refúgio, incluindo o Brasil.

É importante ter em mente a diferença entre refugiado, solicitante de refúgio, migrantes econômicos e apátridas, pois apesar de terem direitos semelhantes, têm necessidades e especificidades diferentes. Geralmente, o migrante econômico migra de forma voluntária⁴⁰; os apátridas são pessoas que não têm nacionalidade de nenhum país; o solicitante de refúgio ainda está no processo para ser tornar um refugiado de acordo com as leis domésticas de cada estado, e o refugiado é alguém que teve que abandonar seu país, e que já teve sua condição reconhecida por ente estatal⁴¹.

Essas diferenciações são necessárias, pois quando um sujeito se enquadra em uma dessas situações ele vai ter direito e deveres diferentes, além de que “mesclar os termos poderia desviar a atenção das garantias legais específicas de que necessitam os refugiados e prejudicar o apoio da sociedade a este público num momento tão delicado”⁴². Diante de todos os mecanismos de proteção internacional que tratam do refugiado eles têm a garantia de proteção e de direitos (civis, econômicos e sociais), e por vezes a mesma proteção e

³⁷MOREIRA, J. B. (2005). A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, 4(7), 57-76, p. 65

³⁸ Declaração de Cartagena. 22 nov. 1984

³⁹ Declaração de Cartagena, Conclusão 3º. 22 nov. 1984

⁴⁰ AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, Córdoba - Argentina, 24-26 de Setembro de 2008, p. 26

⁴¹CIERCO, Teresa; Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade: Esclarecendo conceitos: Refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. 07. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p. 11-23, p. 13

⁴²ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./201, p. 567

assistência básica, como qualquer outro estrangeiro, dentro da legislação daquele país ao qual ele está se refugiando⁴³.

A Convenção de 1951 limitava o sujeito refugiado em tempo e espaço, e a definição de refugiado se aplicava apenas a pessoas que foram deslocados devido aos acontecimentos da Segunda Guerra na Europa⁴⁴. O fato de o Brasil ter seguido essa reserva geográfica, mesmo após assinar o Protocolo de 1967 que retirava tal reserva⁴⁵ e durante a crise de refúgio que ocorreu na América Latina entre os anos 70 e 80⁴⁶ revela que ele não era tão receptivo com pessoas de outros continentes. Com o fim do Regime Militar no Brasil na década de 80, e a redemocratização do país, se vê um verdadeiro avanço na temática do refúgio, contribuindo para a imagem do país como uma nação ‘pacífica’ quando se trata da diplomacia, e em dezembro de 1989 a reserva geográfica é retirada, e o país passa a aceitar refugiados de todo o mundo⁴⁷.

Além disso, se faz presente no Brasil o escritório da ACNUR que está sempre reforçando a proteção dos refugiados no país e dando seu apoio contínuo para os refugiados que chegam, além de órgãos como a polícia federal, as caritas e ONGs, que auxiliam os solicitantes e refugiados na reconstrução de sua vida⁴⁸. Isso se faz extremamente importante atualmente, devido ao grande número de refugiados venezuelanos que buscaram refúgio no país desde 2015 com a crise humanitária e econômica que vem assolando a Venezuela, ⁴⁹apenas em 2018, cerca de 39,800 mil refugiados venezuelanos estavam no Brasil⁵⁰.

Dentro do grupo de refugiados que pedem asilo⁵¹ em outros países, poucos dentro destes conseguem ser reconhecidos como refugiados e adquirir tal condição de forma a realmente se integrar e fazer parte da sociedade. Os refugiados já são considerados um grupo de risco, até porque estão fugindo do seu país de origem por temor de perseguição ou morte⁵², e a situação se torna ainda mais delicada quando se trata de crianças e jovens refugiados, pois

⁴³ ACNUR. A Framework for the protection of children, 2018, p. 15

⁴⁴ ACNUR. Refúgio no Brasil, A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas, Brasil, 2010, p. 15

⁴⁵ JUBILUT, Liliana Lyra. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? Journal of refugee studies, England, v. 19, n. 01, fev. 2006, p. 24

⁴⁶ Ibidem, p. 63-64

⁴⁷ MOREIRA, J. B. (2005). A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, 4(7), 57-76, 2010, p. 66

⁴⁸ Idem, p. 67

⁴⁹ ACNUR. **Venezuela**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 20 set. 2019

⁵⁰ UNHCR, Global Trends - Forced Displacement in 2018. 2019, p. 25

⁵¹ Abrigo, refúgio;

⁵² Protocolo sobre o Estatuto de Refugiado. 21 jan. 1967

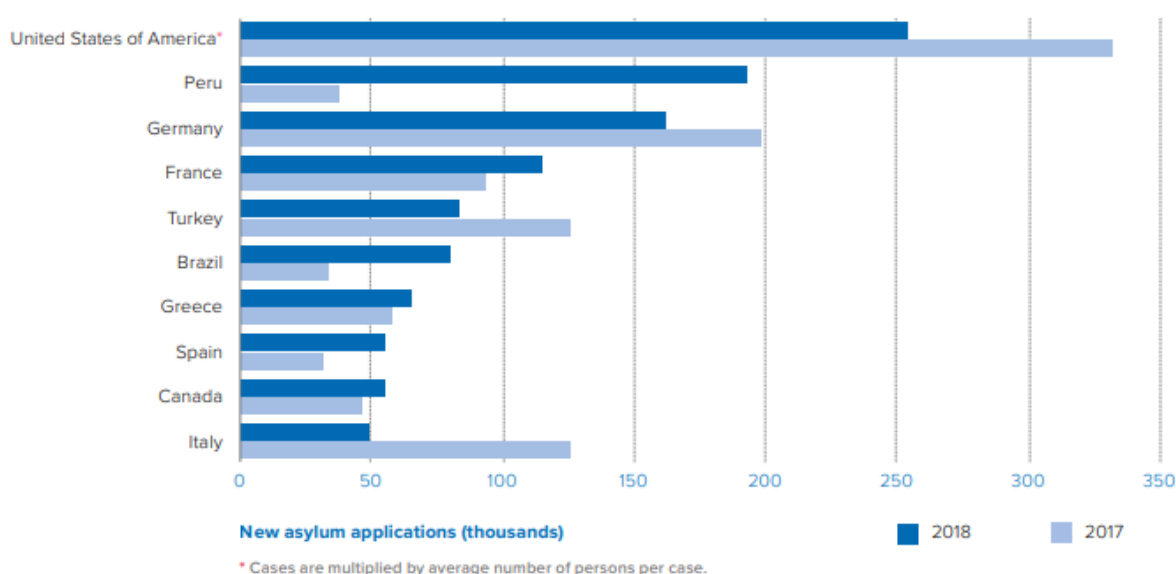
esses se tornam vulneráveis a abusos, tráfico, além de que podem estar desacompanhadas dos pais ou responsável⁵³.

O relatório feito pelo ACNUR, em 2016, mostrou que 51% dos refugiados são crianças, e destas 75.000 estão desacompanhadas ou foram separadas dos pais, tornando-as ainda mais vulneráveis e um alvo fácil de contrabandistas e traficantes que as usam para prostituição ou trabalho escravo⁵⁴.

O relatório Global Trends - Forced Displacement mostrou que em 2018, de 70,8 milhões das pessoas deslocadas, 25.9 milhões se enquadrava na categoria de refugiadas. Desse número metade constitui-se em crianças menores de 18 anos, e 138.600 destas eram crianças desacompanhadas⁵⁵,

Brazil received 80,000 applications in 2018 to become the sixth largest recipient of asylum claims, a rise from 33,800 in 2017 and 10,300 in 2016. Like Peru, Brazil also witnessed a steep increase in asylum applications from Venezuelans, who accounted for more than three quarters of such claims in 2018 (61,600). There were also 7,000 applicants from Haitians⁵⁶.

Figure 17 | Major recipient countries of new asylum applications | 2017-2018



Fonte: UNHCR, Global Trends - Forced Displacement in 2018

⁵³ BIERWITH, Christoph. The protection of Refugee and Asylum-seeking children: the convention on the rights of the child and the work of the committee on the rights of the child. **Refugee Survey Quarterly**, Geneva, v. 24, n. 2, p. 98-124, dez./2005, p. 99

⁵⁴ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 180

⁵⁵ UNHCR, Global Trends - Forced Displacement in 2018, 2019, p. 2-3

⁵⁶ UNHCR, Global Trends - Forced Displacement in 2018, 2019, p. 43

Muitas dessas crianças refugiadas, infelizmente, vão passar toda sua infância, e talvez nem reconheçam outra realidade, se não a de uma pessoa deslocada que não tem mais livre arbítrio sobre seu futuro⁵⁷. Crianças refugiado, como já mencionado, correm um risco muito maior que adultos de serem negligenciadas, vítimas de tráfico, trabalho forçado ou abusos, além dos traumas que essas adquirem com a situação passada que a fez se tornar refugiado, por vezes até situações que as fazem perder ou serem separadas dos pais. Todas essas circunstâncias afetam a crianças e seu desenvolvimento na fase infantil⁵⁸.

Quando a criança chega no país de destino, surgem novos obstáculos a se enfrentar, como a sua estadia, legalização e sua integração local, que “faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto no país destino”⁵⁹. Essa integração envolve vários fatores que giram em torno da melhor forma de inserir o sujeito na nova sociedade, desde fatores culturais, socioeconômicos, sua moradia, a assistência para a procura de emprego, serviços de saúde, e também de inclusão e acolhimento dessas pessoas pela comunidade local⁶⁰.

A educação, sendo um fator de grande importância para a integração, socialização e desenvolvimento da criança, é ainda mais importante para a criança em situação de refúgio, pois “A educação é um espaço/momento importante em que se pode construir diálogo e quebrar as barreiras que impedem uma relação com o outro que é diferente de mim”⁶¹.

As autoras, Neda Moinolnolk e Myae Han, tratam da importância da escola em ser um espaço de segurança, fisicamente e psicologicamente para a criança e que proporcione um ambiente de desenvolvimento pleno.

School environments that ensure physical safety, promote positive social norms, provide warm supportive relationship have been found to be highly correlated with students engagement and achievement levels. Within school districts, refugees are commonly isolated into the language, and are segregated from the others classmates. Both structural and individual efforts to welcome refugee children, such as hiring cultural brokers and requiring teachers to learn about refugees cultures, have been found to help prevent feelings of isolation. Multicultural/culturally relevant teaching

⁵⁷ UNHCR. A framework for the protection of the children. 2012, p. 07

⁵⁸ BIERWITH, Christoph. The protection of Refugee and Asylum-seeking children: the convention on the rights of the child and the work of the committee on the rights of the child. Refugee Survey Quarterly, Geneva, v. 24, n. 2, p. 98-124, dez./2005, p. 99

⁵⁹ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. O social em questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 182

⁶⁰ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. O social em questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 182

⁶¹ ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./2019, p. 596

research has indicated that culturally relevant teaching, in which teachers are actively promoting and encouraging children's native cultures and language use, are imperative in keeping the children engaged and successful in school.⁶²

No entanto, quanto ao acesso à educação, existem várias dificuldades antes mesmo da criança estar devidamente matriculada na escola, como, por exemplo, o processo burocrático de matrícula, pois muitos refugiados chegam sem um documento aceito pelas escolas ou sem sua comprovação de escolaridade⁶³. Uma pesquisa realizada pela Universidade de Johannesburg em três cidades da África do Sul mostrou que a falta de documentação era um problema comum entre migrantes e refugiados, e é uma das causas de porque as crianças migrantes não conseguiam se matricular em uma instituição⁶⁴. Para os jovens maiores de 18 anos, também existe a dificuldade de validação de seu diploma ou do certificado de conclusão do ensino médio, sendo assim impedido de realizar o vestibular para uma instituição de ensino superior, por exemplo⁶⁵.

Outra dificuldade é a questão do preconceito que circunda a identidade do refugiado, sejam estes raciais, religiosas, entre outros, baseado na crença de que o estrangeiro não pertence aquele lugar e de que eles estão ali para tirar, ou competir os recursos com os residentes nacionais do país, o que na área educativa pode dificultar o processo de aprendizado e ensino da criança⁶⁶.

As ONGs e instituições que recebem os refugiados fazem questão de apresentar a barreira linguística como sendo o primeiro passo para a integração⁶⁷ e para um melhor desenvolvimento educativo, pois é muito importante que a criança aprenda o novo idioma já que “ela é instrumento de expressão e autonomia”⁶⁸.

A facilidade de aprendizado das crianças é essencial, pois assim elas podem ensinar para o resto da família e outros adultos⁶⁹. Além de que, quando a criança consegue se

⁶² MOINOLNOLKI, Neda, HAN, Myae. No Child Left Behind: What about refugees? *Childhood Education*, 93:1, 3-9, 2017, p. 05.

⁶³ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 185

⁶⁴ HLASTSHWAYO, Mondli, VALLY, Salim. Violence, resilience and solidarity: The right to education for child migrants in south africa. *School Psychology International*, vol 35(3), 266-267, 2014, pg. 272

⁶⁵ BUSKO, Danielle. Políticas Públicas Educacionais para imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 11, n. 22, p. 592-602, 2017, p. 10

⁶⁶ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 180

⁶⁷ ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./2019, p. 600

⁶⁸ Ibidem p. 600

⁶⁹ Ibidem, p. 600

expressar na língua do país onde se encontra facilita o processo de sua proteção, pois assim ela pode expressar suas considerações quanto aos problemas que enfrenta “faz-se necessário garantir que ela possa se expressar, que suas considerações sejam de fato executadas e consideradas e que ela possua espaços participativos para se desenvolver”⁷⁰.

A autora Patrícia Martuscelli, coloca em consideração a dificuldade ao acesso de serviços públicos, inclusive para a população brasileira, principalmente nos setores de saúde e educação, mas diferente da população refugiada, esses dominam a língua portuguesa e sabem melhor como resolver problemas quanto a burocracia dos serviços.

Ao mesmo tempo que uma mãe brasileira que não encontra uma creche para seu filho talvez possam contar com o apoio de sua família ou rede de contatos enquanto uma mãe refugiada recém chegada que se encontrem mesma situação dificilmente terá com quem contar para resolver essa questão⁷¹.

Outros fatores que também influenciam a questão do acesso à educação são os problemas psicológicos que estes têm devido aos traumas sofridos, assim como a questão da renda e da área onde vivem, que na maioria das vezes são longe dos centros e mais perigosas, que acaba por influenciar uma taxa maior de crianças que decidem abandonar a escola devido a distância⁷².

Além disso, mesmo quando as crianças conseguem entrar no sistema educacional, os obstáculos de integração continuam na forma de conseguir interagir de forma amigável e saudável com seus colegas, que podem vir a excluí-los e fazer *bullying*, e com os profissionais de educação, que muitas das vezes não procuram entender a situação sensível da criança e podem agir de forma preconceituosa⁷³. A discriminação nas escolas se torna um empecilho, já que estas crianças podem vir a sofrer uma exclusão por parte de outras crianças ou até dos professores por pura ignorância. Por isso, para autora Martuscelli, é necessário que haja um treinamento por parte da equipe educativa e campanhas de conscientização do que realmente é uma pessoa refugiada e de como a comunidade local pode auxiliar essas pessoas para uma melhor inserção na sociedade⁷⁴.

⁷⁰ MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. A Proteção Brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.22 no.42 Brasília Jan./June 2014, p. 284

⁷¹ MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. A Proteção Brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.22 no.42 Brasília Jan./June 2014, p. 284

⁷² MOINOLNOLKI, Neda, HAN, Myae. No Child Left Behind: What about refugees? Childhood Education, 93:1, 3-9, 201, p. 04

⁷³ Ibidem, p. 04

⁷⁴ MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. A Proteção Brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.22 no.42 Brasília Jan./June 2014 p. 283

A questão da criança refugiada se integrar e conseguir se desenvolver por meio da educação depende do esforço, também, daquela escola e país de acolhida para saber lidar com sua identidade, cultura e crenças diferentes dos demais. O acolhimento e facilitação da integração feita pela escola quanto a crianças refugiadas deve ser adequada de forma que entenda as especificidades e diferenças desse grupo de alunos, sempre prezando pela inclusão destes na turma sem que eles percam sua identidade e cultura, ampliando a noção de respeito e simpatia dos colegas com pessoas e modos de vida distintos⁷⁵.

É incontestável que um professor que compreende a situação e procura métodos de melhor ensinar e lidar com a criança refugiada, assim como procura entender suas limitações, é essencial para o grupo de crianças refugiadas, pois seu processo de aprendizado pode ser diferente das demais, mas deve-se lembrar de fazê-lo sempre de forma que não as separe das demais⁷⁶. Para auxiliar nessa questão o governo do Estado de São Paulo tomou a iniciativa muito importante e inclusiva de, em outubro de 2017, publicar uma cartilha “1º Documento Orientador CGEB/NINC: estudantes e imigrantes”, para auxiliar e orientar ambos, educadores e escolas, sobre a recepção de alunos imigrantes e refugiados⁷⁷.

4. O direito à educação da criança refugiada

Pesquisas feitas pelo ACNUR em 2017 mostram que mais de quatro milhões das crianças refugiadas atualmente estão fora da escola no mundo inteiro, sendo que de 25,4 milhões de refugiados, e 3,5 milhões são solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados, dentre desses sete milhões são crianças em fase estudantil⁷⁸. Apenas em 2018, no Brasil, acumulou-se um total de 11,231 mil pessoas refugiadas reconhecidas, com mais 161,057 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. A imagem abaixo mostra o perfil das pessoas reconhecidas, sendo que cerca de 54,42% dessas se encontram em fase escolar⁷⁹.

⁷⁵ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 193

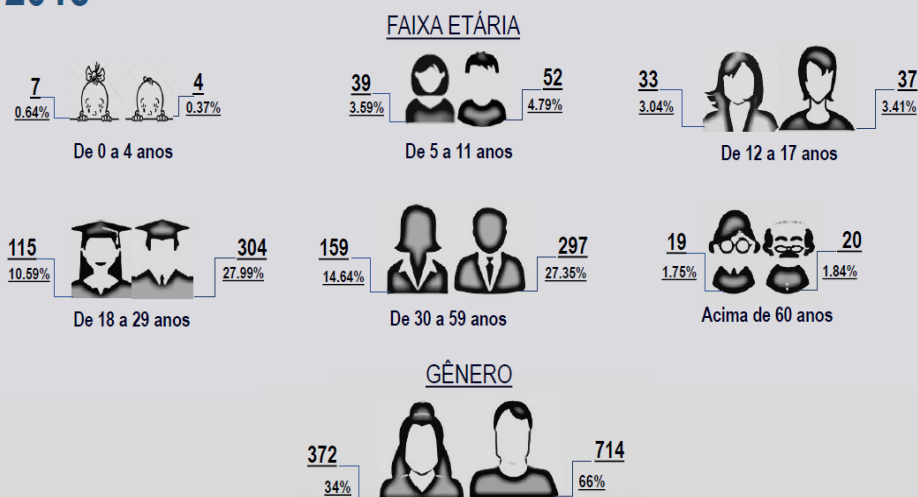
⁷⁶ MOINOLNOLKI, Neda, HAN, Myae. No Child Left Behind: What about refugees? *Childhood Education*, 93:1, 3-9, 2017, p. 06

⁷⁷ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 193

⁷⁸ ACNUR. Turn the tide: refugee education in crises, 2017, p. 04

⁷⁹ CONARE. Refúgio em Números 4ª edição, 2018, p. 18

PERFIL DAS PESSOAS REFUGIADAS RECONHECIDAS EM 2018



* AS INFORMAÇÕES COMPREENDEM A SOMA DOS REFUGIADOS RECONHECIDOS PELO PROCESSO DE ELEGIBILIDADE E OS PEDIDOS DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO.

Fonte: CONARE. Refúgio em Números 4ª edição, 2018.

Apesar dos mecanismos de proteção mencionados anteriormente garantirem os direitos à educação e a proteção das crianças, e poderem ser abrangidos especificamente para crianças refugiadas, ainda parece pouco considerando a importância e a vulnerabilidade deste grupo e fica aparente a questão que talvez ainda falte instrumentos ou mecanismos internos que trate apenas e especificamente das crianças refugiadas, onde se leve em conta as circunstâncias individuais e específicas de cada criança, suas vulnerabilidades, sua situação familiar, a solicitação de refúgio e sua ambientalização no novo país de residência⁸⁰.

Baseando-se no artigo 28 da CDC e em sua legislação interna, o Brasil não aparenta desconsiderar as crianças refugiadas, já que tanto no âmbito internacional e no doméstico ele se compromete com o princípio da garantia do direito da educação para todas as crianças⁸¹. Ademais, no artigo 28 da CDC não se faz distinção quanto à raça, religião ou nacionalidade quando se trata do direito à educação das crianças e jovens. Não obstante, o Brasil optou por fazer integrar outros instrumentos, internacionais e internos, que dizem respeito à criança refugiada, visto que as convenções anteriormente citadas são mecanismos fixos para identificar e proteger o refugiado, mas ao longo do tempo o refúgio passa a ser algo “de uma

⁸⁰ SANTOS, J. E. S; CALSING, R. D. A; SILVA, Viviane Luiza. Refugiados no Brasil: Estamos preparados para a proteção Humanitária aquelas Pessoas? **Nomos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Ceará, v. 37, n. 2, 2017, p. 209

⁸¹ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, art. 53

prerrogativa pessoal para uma responsabilidade do Estado”⁸² e cada estado pode criar mecanismos específicos para melhorar a proteção dos refugiados, adaptando os padrões internacionais às condições locais⁸³.

Em 19 de agosto de 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, emitiu uma Opinião Consultiva (OC 21-14) a respeito dos direitos de crianças que se encontram em situação de migração. Em seus artigos 104, 106, 134, 164, 182, 183, ele menciona de alguma forma a proteção dessas crianças e a educação como sendo uma característica essencial.

104. En esta línea, resulta necesario que el Estado receptor de la niña o del niño evalúe, através de procedimientos adecuados que permitan determinar de forma individualizada su interés superior en cada caso concreto, la necesidad y pertinencia de adoptar medidas de protección integral, incluyendo aquellas que propendan al acceso a la atención en salud, tanto física como psicosocial, que sea culturalmente adecuada y con consideración de las cuestiones de género; que brinden un nivel de vida acorde con su desarrollo físico, mental, espiritual y moral a través de la asistencia material y programas de apoyo, particularmente con respecto a la nutrición, el vestuario y la vivienda; y aseguren un pleno acceso a la educación en condiciones de igualdad. Y, ciertamente, ésta y las demás obligaciones señaladas precedentemente, adquieren particular relevancia tratándose de niñas o niños migrantes afectados por alguna discapacidad física o mental que, consecuentemente, el Estado que los recibe debe prestarle particular atención y proceder a su respecto con la máxima diligencia⁸⁴.

Importante frisarmos o artigo 104, pois nele destaca-se a necessidade do cuidado especial para com a criança refugiada, de modo a garantir que está se desenvolva de maneira saudável, sempre respeitando sua identidade e cultura, e garantindo uma boa qualidade de vida, que inclui o acesso à educação de forma igualitária. A necessidade desse artigo se dá principalmente em razão de que existe uma lacuna na proteção de crianças refugiadas, “se verifica uma desproteção”⁸⁵.

Em termos de legislação interna, a lei 9.474 de 22 de julho de 1997 foi implementada com o objetivo de criar mecanismos ajudem na implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados⁸⁶.

⁸²AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, Córdoba - Argentina, 24-26 de Setembro de 2008, p. 04

⁸³ Bertrand, D.. *Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach. International Migration*, 36(1), 107–113, 1998, p. 108

⁸⁴ CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Parecer Consultivo OC 21-14, 2014, art. 104

⁸⁵ THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p.187

⁸⁶ BRASIL, lei 9.474, 22 jul. 1997, art. 44

Já em 2017, a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, foi promulgada como a lei de migração, que trata dos direitos e deveres dos migrantes, tratando de diversos aspectos de sua proteção, assim como da educação. Em seu art. 4º, a educação como um direito que deve ser garantido de forma gratuita e sem discriminação.

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória⁸⁷.

Contudo, a autora Roberta Thomé, em sua pesquisa, observou que na Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA), que atende crianças e adolescentes refugiados no Rio de Janeiro, dos 14 atendidos por eles, seis não estavam matriculados em escolas. A autora remete como razão principal disto a falta de uma rede de proteção que encaminhe a criança refugiada para as escolas⁸⁸.

Como expressado pelo artigo 28 da CDC, as iniciativas para integralizar as crianças refugiadas nas escolas, em sua grande parte, recaem sobre a responsabilidade do governo do estado brasileiro⁸⁹, que deve garantir que as crianças que aqui chegam as de condição de solicitante de refúgio ou as que já têm o status de refugiada, sejam inseridas e matriculadas em escolas para que assim se insiram ou continuem com o processo educacional.

O Brasil consegue, com esses instrumentos internacionais e leis, manter a premissa de ser um Estado que preza pela educação para todas as crianças e jovens, assim como previsto em diversos instrumentos domésticos, estendendo esse princípio para todas as crianças, independente da nacionalidade ou da situação da sua migração, mantendo assim sua imagem como um país receptivo aos refugiados e que preza pelo seu pleno desenvolvimento e integração na sociedade. Isso ao menos quando se observa a situação na teoria.

5. A realidade enfrentada

⁸⁷ BRASIL, lei nº 13.445, 24 mai. 2017, art. 4

⁸⁸THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. O social em questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018, p. 192

⁸⁹ “a) tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos”. Convenção sobre o direito da criança. 20 nov. 1989, art. 28

A falta de pesquisa no Brasil acerca de crianças imigrantes e refugiadas na área de educação é notória⁹⁰. A questão de refugiados e imigrantes ainda parece ser vista como algo sem importância, e um tanto quanto invisível⁹¹.

De acordo com o ACNUR, uma a cada duas crianças refugiadas não tem acesso à educação primária, no caso do ensino médio, apenas uma em quatro, e apenas um a cada 100 jovens refugiado tendo acesso ao ensino superior⁹².

Quando uma criança refugiada ou migrante está em processo de integração na sociedade ela está acessando um “território inóspito”, desconhecido, e por isso as barreiras e obstáculos parecem maiores⁹³. No caso do acesso à educação há a questão da documentação exigida, da discriminação sofrida, da barreira linguística, diferença culturais, e também a qualidade da educação que recebem. Todos esses quesitos que se encaixam no parâmetro dos 4A's⁹⁴.

Vimos anteriormente os diversos instrumentos legais que, tomando como base o artigo 28 da CDC, garantem a criança refugiada o direito à educação. Mas resta saber, eles estão sendo aplicados na prática? Iremos analisar duas pesquisas de campo realizadas no Brasil, que serão divididas em duas sessões, a primeira acerca da educação de crianças imigrantes e refugiadas em São Paulo e a segunda da educação de crianças refugiadas no Rio de Janeiro. Essas pesquisas vão ajudar a identificar e analisar de fato quais são os desafios do acesso à educação e se o princípio do art. 28 da CDC está sendo posto em prática.

5.1 Crianças bolivianas imigrantes em São Paulo

Na pesquisa realizada pelos autores Marcos Freitas e Ana Paula Silva, eles realizaram visitas a escolas para observar o relacionamento entre as crianças bolivianas com outras crianças, e com os professores também⁹⁵.

⁹⁰ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 683

⁹¹ MAGALHÃES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. Pro-Posições: subtítulo da revista, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-63, jan./abr. 2012, p. 45

⁹² UNHCR, Missing Out: Refugee Education in Crisis. Genebra, 2016, p. 6

⁹³ MAGALHÃES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. Pro-Posições: subtítulo da revista, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-63, jan./abr. 2012, p.

⁹⁴ Os 4A's da autora Katarina Tomasevski, anteriormente mencionados, que tratam da acessibilidade, adaptabilidade, aceitabilidade e disponibilidade da educação.

⁹⁵ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015

A pesquisa foi feita durante dois anos, entre 2012 e 2014, em três Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) na região central de São Paulo. As crianças observadas faziam parte do Infantil I (nascidas entre 2009 e 2010), e Infantil 2 (nascidas entre 2008 e 2007), e não se sabe ao certo em qual condição de migrante elas se encaixam. Entrevistas foram realizadas com 15 professores e três pais⁹⁶ e para completar a pesquisa eles também analisaram documentos do Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Conselho Municipal de Educação (CME)⁹⁷.

As escolas foram separadas entrei Emeis 1, 2 e 3. A Emeis 1 tem 286 crianças (entre 4 e 6 anos) e dessas, 41 são imigrantes. Na Emeis 2 tem 386 alunos e 73 dessas são imigrantes. Já na Emeis 3 possui 305 alunos, com 95 imigrantes entre esses, que apesar de ter uma grande pluralidade de nacionalidades comparada as escolas 1 e 2, a maioria tem origem boliviana⁹⁸.

Em sua pesquisa os autores destacam diversos obstáculos que dificultam o acesso das crianças imigrantes a educação. Começando pela dificuldade da matrícula escolar devido à falta de documentação, pois a legislação impõe restrição para matrículas feita nas escolas da rede municipal, proibindo a matrícula de pessoas “indocumentadas”⁹⁹, mesmo com o Brasil assumindo, em diversas instâncias (CDC, PIDSEC, ECA, lei 9.474/97, lei nº 13.445/2017), seu compromisso ao direito à educação para todas as crianças.

Contudo, no meio estatal, apesar da CME não fazer menção direta à situação dos refugiados, a resolução nº 10, apresentada pelo governo estadual de São Paulo, reconheceu o direito dos estrangeiros à educação escolar independente do status legal ou da sua condição, e depois o Conselho Estadual de Educação publicou uma deliberação determinando que a matrícula de pessoas estrangeiras deva seguir os mesmos moldes de matrículas de brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação¹⁰⁰.

Todavia, durante a pesquisa os autores presenciaram uma mãe boliviana que tentava matricular o filho em uma das escolas pesquisadas, mas após dizer que não tinha os documentos do filho em um português improvisado, a direção informou que a matrícula não poderia ser efetivada¹⁰¹. Quando questionada sobre a situação, a mãe informou que as informações nunca são passadas corretamente ou divergem de um lugar para o outro “*En una (escola) falou: Você pelo menos tiene que tener documento, se você não tiene documento... de*

⁹⁶ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 684

⁹⁷ Ibidem, p. 684

⁹⁸ Ibidem, p. 693

⁹⁹ Ibidem, p. 684

¹⁰⁰ Ibidem, p. 688

¹⁰¹ Ibidem, p. 689

menino no és muito problema, pero de você, tiene que tener documento. Pero na outra escola ele falou: “não! Se você e o filho no tem, não pode!”¹⁰².

Com isso infere-se que a falta de documentação ainda é um grande empecilho para as crianças ao tentarem entrar em uma escola. É fundamental que os estados e municípios criem políticas públicas que dizem respeito a crianças imigrantes, para assim remover os obstáculos práticos e administrativo que dificultam esse o direito fundamental da criança do acesso à educação¹⁰³, além de conscientizar a comunidade socioeducativa que a Solicitação de Refúgio é um documento aceito legalmente na realização de matrículas¹⁰⁴.

Mas, independente disso, para os pais migrantes, principalmente bolivianos, a escola é objeto essencial de formação e ainda ajuda na questão de assistência, já que eles podem trabalhar sem se preocupar quando os filhos estão na escola¹⁰⁵.

Outra questão analisada pelos autores é a barreira linguística. Apesar da pouca quantidade de crianças bolivianas nas turmas de 3 e 4 anos, uma das professoras, a Sr.^a Antônio¹⁰⁶, destacou-se pela sua postura diante a barreira idiomática durante um episódio onde ela tenta se comunicar com o aluno José, e ao mostrar que havia compreendido o que tinha sido dito, a criança foi se sentido mais aberta a falar, ao contrário de muitas situações onde elas se sentem envergonhadas ao tentar falar português e serem repreendidas¹⁰⁷. Diversas vezes os professores mencionaram a dificuldade linguística, dos pais e das crianças, como justificativa para as tensões existentes na relação da criança imigrante boliviana e suas famílias com a escola, então situações como esta são de extrema importância, pois mostram o quão importante é o papel do professor quando se trata da adaptação da criança, sendo objeto facilitador da sua integração¹⁰⁸.

Apesar das professoras negarem terem visto situações onde as crianças bolivianas eram discriminadas ou constrangidas, os autores presenciaram durante uma das visitas uma situação que ocorreu em uma festa de aniversário¹⁰⁹. As professoras avisaram a todas as crianças que os doces e guloseimas só poderiam ser consumidos após os parabéns, e apesar de

¹⁰²FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 689

¹⁰³ BUSKO, Danielle. Políticas Públicas Educacionais para imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul. Jornal de Políticas Educacionais, v. 11, n. 22, p. 592-602, 2017, p. 9

¹⁰⁴Governo do Estado de São Paulo. Documento Orientador CGEB-NINC: Estudantes e Imigrantes: Matrículas e Certificados. 2. ed. São Paulo, 2018, p. 14

¹⁰⁵ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 689

¹⁰⁶ O nome verdadeiro da professora foi alterado por questões de segurança.

¹⁰⁷Ibidem, p. 690

¹⁰⁸ Ibidem, p. 695

¹⁰⁹ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 695

várias crianças desobedecerem as ordens, apenas Juliana, uma menina boliviana, foi repreendida ao fazer o mesmo, com a fala da professora de “Já vai colocar essa mão! Justo você com essa mão” ¹¹⁰. Situações como essa mostram que questões mais culturais, como o modo de se vestir e a higiene, também causam atritos na adaptação da criança. Quando perguntado aos professores sobre, a resposta reafirma isso.

Acho que essa coisa da higiene é uma coisa cultural deles, né? É diferente, a cultura é diferente e a gente nota que eles têm muito problema dentário, muitos. Acho que não é só uma questão de higiene, é uma questão genética mesmo (Liz).
[...] Por exemplo, em dia de chuva, você percebe que eles vêm todinho molhado, eles vêm bem molhados com roupas úmidas, vêm assim, se chove dois ou três dias seguidos, você percebe que ele vem com aquela mesma blusa molhada dois, três dias seguidos, então fica [...] aquele cheiro de cachorro molhado. Infelizmente é assim, essa questão mesmo de higiene. Eu tive um choque, com isso (Marta) ¹¹¹.

O preconceito quanto a cultura, modo de agir e de ser portar, da criança imigrante não ajuda quando essa está tentando se adaptar a um novo ambiente, o ideal é quando o ambiente escolar e os professores tentam de maneira compreensível e acessível, ensinar e incluir o jovem aos costumes e práticas comuns do dia.

Por último foi relatado pelos autores o problema da falta de informação e ações específicas para o atendimento dessas crianças imigrantes. Todos os professores relatam que não foram de nenhuma forma, orientados sobre como lidar com essa situação, sem nenhum tipo de instrução que os explicassem sobre as especificidades de alunos imigrantes ¹¹². Apesar das dificuldades, de um lado há os professores que apostam em suas próprias iniciativas, se esforçando para que o ambiente escolar seja propício para essas crianças, ao mesmo tempo em que também há outros com atitudes geradas pelo desdém “As crianças são estigmatizadas, mas professoras se sentem desamparadas diante da complexa tarefa que se apresenta. Presenciamos gestos rudes e excludentes convivendo com gestos luminosos de acolhimento” ¹¹³.

5.2 Crianças congoleesas refugiadas no Rio de Janeiro

Nesta pesquisa, o autor Maicon Almeida, entrevistou membros da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que é a única instituição que recebe e acolhe oficialmente os refugiados no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como foco as crianças e

¹¹⁰ FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015, p. 695

¹¹¹ Ibidem, p. 697

¹¹² Ibidem, p. 699

¹¹³ Ibidem, p. 699

adolescentes refugiados congoleses no município de Duque de Caxias, e teve a participação da Pedagoga, da psicóloga e a intérprete oficial das mães refugiadas congolesas¹¹⁴.

A instituição não mantém uma estatística sobre quantos estudantes refugiados tem no Brasil, mas eles estimam que em torno de 400 crianças refugiadas estejam na escola no Rio¹¹⁵ e que em sua maioria elas são congolesas e angolanas, e atualmente também tem crescido o número de venezuelanos¹¹⁶. Os congoleses dão grande importância ao papel da escola, por isso mesmo com certas dificuldades de entender a língua e a questão da socialização, não param de frequentá-la, pois sabem que ela é fundamental¹¹⁷.

A pedagoga Dominique Sendra, que é responsável por prover e acompanhar a documentação das crianças refugiados junto às escolas¹¹⁸, relatou que geralmente a criança e o adolescente refugiado voltam dois ou três anos o seu ensino, pois precisa realizar a prova de nivelamento, e a falta de conhecimento na língua portuguesa acaba por prejudicá-los. Esse ‘atraso’ da série conseqüentemente traz certo desânimo para o jovem que pretende continuar os estudos¹¹⁹.

No caso das crianças congolesas do Rio de Janeiro, a documentação também é um problema que reforça a questão dos jovens refugiados estarem fora da escola por dificuldade na hora de se matricular. Em muitos casos a Cáritas tem que intervir na hora da matricular crianças refugiadas, pois os pais, que chegam apenas com o protocolo de pedido de refúgio ou algum outro documento que o refugiado possui, são impedidos pela escola de realizarem a matrícula. Nesses casos a Cáritas aciona a Defensoria Pública que consegue dar um auxílio maior¹²⁰. Quando entrevistada a pedagoga Dominique relatou o caso de uma jovem refugiada que ao tentar transferir de escola de ensino primário para uma de ensino secundário, mas foi barrada por causa da documentação.

Acho que ela terminou a 8º série e aí transferiram de escola, pra uma que tinha ensino médio. Só que a escola que ela foi não reconhecia o protocolo dela, como documento. E a escola onde ela estava não quis liberar o diploma dela, porque ela não tinha um documento, que estava vencido. Então aí ela embarreirou, ficou um tempão sem entrar na escola por causa disso. Desestimulou. Ela tem filho, ela tem

¹¹⁴ ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congoleses em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 2

¹¹⁵ Ibidem, p. 24

¹¹⁶ Ibidem, p. 20

¹¹⁷ Ibidem, p. 20

¹¹⁸ Ibidem, p. 18

¹¹⁹ Ibidem, p. 20

¹²⁰ Ibidem, p. 44

16 anos, com um filho de dois anos. Dá vontade de continuar estudando? Não dá, cara¹²¹.

Assim como no caso de São Paulo, quando o pesquisador foi analisar o Plano Municipal de Educação (organizado pelo CME), neste caso o de Duque de Caxias, assim como no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nenhuma referência indireta foi feita às crianças refugiadas¹²², mostrando que há uma privação de políticas públicas voltadas a esse grupo.

Semelhante aos autores Marcos Freitas e Ana Paula Silva, que apontaram a barreira linguística como um obstáculo a ser superado, ao realizar sua pesquisa, Almeida também observou isso como um dos principais problemas enfrentados. O autor revela que durante as entrevistas e análises de documentos, não foi mencionado ou encontrado nada a respeito de algum projeto ou ação com o objetivo de ensinar português a esses refugiados. Quando procurado a Secretária de Educação do Distrito Federal, este também informou que não existem projetos de inclusão para com alunos refugiado, mas que “está iniciando as tratativas para a construção de uma Portaria de Acolhimento”¹²³.

A intérprete, que também é refugiada congoleza, Yola¹²⁴, falou do problema da língua “Não é nada fácil. Não é fácil. É mesmo difícil quando você chega sem falar. As pessoas que pelo menos já fala o português, eles conseguem ter algumas coisas, mas a maioria das pessoas, tipo as pessoas do meu país, eles tem... eles tem dificuldade”¹²⁵. O desafio, nesse caso, é o de ter uma equipe pedagógica e uma escola que não condene o estudante por não saber a língua portuguesa, e que proporcione uma educação sem discriminações¹²⁶.

A questão da socialização também não passou despercebida. A pedagoga do Cáritas declarou que em resumo a recepção dos estudantes brasileiros para com os estudantes refugiados não é muito boa, existindo um preconceito com suas roupas, cabelo e cultura.

Elas (crianças refugiadas congolezas) comentaram que, quando elas chegaram no início do ano as crianças brasileiras receberam mal. Não entendiam, tiravam sarro do

¹²¹ ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congolezes em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017 p. 44

¹²² Ibidem, p. 27

¹²³ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Educação Refugiados [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <brendaseixas.seixas9@gmail.com> em 29 nov. 2019

¹²⁴ Nome fictício para proteção da pessoa

¹²⁵ ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congolezes em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 36

¹²⁶ Ibidem, p. 239

jeito que elas falavam, que tem um sotaque francês muito forte. E enfim, usam roupas diferentes, os cabelos são de vez em quando diferentes¹²⁷.

Outro assunto que o autor analisar é a questão da escola está apta para receber o aluno refugiado. Durante a visita à Cáritas o autor observou que a escola não disponibiliza material de pesquisa para os alunos realizarem a tarefa de casa. A intérprete das mães refugiada mencionou que a escola passa trabalhos que demandam uma pesquisa online ou por meio de livros, coisas que os refugiados não têm acesso devido as dificuldades financeiras que a maioria se encontra pelo fato de ter fugido para o país sem dinheiro¹²⁸, “[...] Você tem que fazer um trabalho lá na sua casa e você não tem computador, você faz como? O que você pode fazer? Então, as vezes algumas trabalham com o conselho dos pais. É difícil mesmo, mas não tem jeito”,¹²⁹ disse Yola, confirmando o depoimento das mães.

Para a pedagoga, é essencial que a escola ache maneiras de facilitar esse acesso, como por exemplo, uma sala de informática ou uma biblioteca, ou pedir atividades que não exijam muitos materiais externos, pois esse tipo de atividade pode acabar por excluir o estudante ao invés de excluí-lo¹³⁰. Interessante observarmos que talvez essas escolas de Caxias do Sul pudessem adotar o modelo que algumas escolas de São Paulo adotaram, ao permitir que as histórias dos alunos refugiados auxiliassem no conteúdo da matéria dada, quando, por exemplo, uma aluna do Marrocos e um aluno da Síria fizeram apresentações sobre sua cultura e nacionalidade, abrindo as portas para que os alunos brasileiros deixem de lado os preconceitos e compreendam melhor outros hábitos e povos¹³¹.

A intérprete representante das mães refugiadas e a pedagoga da Cáritas, também mencionaram como dificuldade o choque cultural que as crianças sofrem ao ver a maneira como os alunos brasileiros tratam os professores, sendo muito diferente do que eles estão acostumados, e o fator da necessidade de atenção e carinho que a crianças refugiada demanda no processo de aprendizado, devido aos traumas que viveu¹³².

A pesquisa demonstra que uma equipe pedagógica que se importe com as necessidades e individualidades do aluno refugiado são essenciais, mas também é importante

¹²⁷ ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congoleses em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 40

¹²⁸ Ibidem, p.46

¹²⁹ Ibidem, p. 45

¹³⁰ Ibidem, p. 46

¹³¹ ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./2019, p. 599

¹³² ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congoleses em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 35

reconhecer que essas equipes têm que lidar com a infraestrutura das escolas brasileiras (nesse caso as públicas) e o apoio do governo, que são, em ambos os casos, mínimos¹³³. Então seria ideal que existisse uma relação equilibrada entre as partes, tanto políticas públicas educacionais voltadas para esse grupo de pessoas, assim como educadores que estivessem empenhados e preparados para receber a criança refugiada.

6. Conclusão

Tendo em vista os aspectos observados é possível perceber que há uma distância do que se vê nas leis e acordos internacionais com a realidade vivenciada por alunos refugiados e imigrantes.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é um documento que garante os direitos universais das crianças e que em seu artigo 28 coloca a educação como direito humano universal para todos. Já é obrigação do Brasil, como signatário desse documento, garantir esse direito, mas o Estado também criou leis domésticas que enfatizam seu compromisso com esse direito, além de também ter ratificado outros documentos internacionais que reforçam esse viés.

Quando se trata da educação para refugiados, tanto as leis domésticas brasileiras, assim como a CDC, podem ser aplicadas na situação dos refugiados, já que estes mecanismos não fazem distinção quanto a gênero, raça ou nacionalidade. Mas, mais especificamente, o Brasil ainda criou a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, mais conhecida como lei do migrante, tornando a educação um direito garantido para todos os migrantes que aqui se encontram. Com isto pode-se alegar que o ordenamento jurídico brasileiro compatibiliza com o sistema internacional.

Não obstante, quando as crianças ou adolescentes refugiados chegam ao Brasil e tentam retornar, ou começar, a vida estudantil eles se deparam com diversos obstáculos. Desde o momento que a criança tenta se matricular, ela enfrenta empecilhos devido à falta de documentação, causados pela burocracia e a falta de informação, e após conseguir entrar na escola, ainda existem as barreiras da linguagem, de aceitação, preconceitos e adaptação, mostrando que a escola é um ambiente de difícil integração e muita das vezes discriminatório quanto à condição dos refugiados.

Analisaram-se entrevistas que foram realizadas nas escolas de São Paulo e com a equipe da Cáritas do Rio de Janeiro, e constatou-se que o refugiado enfrenta barreiras antes e

¹³³ ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./2019, p. 598

depois de entrar no meio escolar. Além dos problemas relacionados à adaptação do refugiado com o acesso escolar, é importante frisar a questão da dificuldade para matricular a criança, a questão da falta de instrução dada aos professores, que não recebem nenhum tipo de informação sobre como abordar esses alunos, a questão da barreira linguística, e também a dos poucos recursos que a escola oferece para facilitar a jornada educativa do aluno refugiado que não tem acesso a recursos externos, como computadores e livros.

Em virtude dos fatos mencionados podemos concluir que apesar do Brasil ser signatário da CDC, e a partir deste ter criado leis domésticas que tratam da educação como um direito humano essencial para todas as crianças, ainda falta informar e conscientizar a população como um todo sobre a questão da documentação (o protocolo de solicitação de refugio deve ser aceito na hora da matrícula), faltam políticas públicas nos estados e municípios que ajudem e facilitem o acesso do refugiado nas escolas, que promovam o ensino de português, assim como uma preparação para as equipes socioeducativas para melhor receber e acolher as crianças refugiadas.

REFERÊNCIAS

BIERWITH, Christoph. The protection of Refugee and Asylum-seeking children: the convention on the rights of the child and the work of the committee on the rights of the child. *Refugee Survey Quarterly*, Geneva, v. 24, n. 2, p. 98-124, dez./2005.

CONVENÇÃO sobre o direito da criança. 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 30/06/2019.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. Refugee education: Education for a unknowable future. *Curriculum Inquiry*, USA, v. 47, n. 1, p. 14-24, 2017.

COMITÊ SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações. 14 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção Sobre Os Direitos das Crianças**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 13 set. 2019.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 2, n. 2, set. 2013.

UNITED NATIONS. Resolution 71/177, Rights of the child. 30 jan. 2017. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_177.pdf.

TOMASEVSKI, K. Human Rights Obligations in Education: The 4-A Scheme. Wolf, Nijmegen, 2006.

NOVA ESCOLA. O desafio das escolas brasileiras com alunos imigrantes. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1534/o-desafio-das-escolas-brasileiras-com-alunos-imigrantes>. Acesso em: 4 nov. 2019.

Assembleia Geral da ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 217 (III) A, Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>.

Declaração de Cartagena. 22 nov. 1984. Disponível em: <
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf> .

CONVENÇÃO Europeia dos Direitos Humanos. 04 nov. 1950. Disponível em: <
https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>.

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos. 18 jul. 1978. Disponível em: <
https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>.

ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 16 dez. 1966.

COMITÊ de Direitos Econômicos, sociais e Culturais das Nações Unidas. Observação Geral nº 11, 1999.

COMITÊ de Direitos Econômicos, sociais e Culturais das Nações Unidas. Protocolo de San Salvador. 17 nov. 1988.

THOMÉ, Roberta G.. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. O social em questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 177-198, mai./ago. 2018

MOREIRA, J. B. (2005). A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. Cadernos PROLAM/USP, 4(7), 57-76.

AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, Córdoba - Argentina, 24-26 de Setembro de 2008.

CIERCO, Teresa; Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade: Esclarecendo conceitos: Refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. 07. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, p. 11-23, 2017.

ALMEIDA, C. R. S. D. Refugiados: A nova face do oprimido na educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 592-602, dez./2019.

ACNUR. A Framework for the protection of children, 2018.

_____. Refúgio no Brasil, a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasil, 2010.

_____. Turn the tide: refugee education in crises, 2017.

_____. Global Trends - Forced Displacement in 2018, 2019.

_____. Missing Out: Refugee Education in Crisis, 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? Journal of refugee studies, England, v. 19, n. 01, fev. 2006.

ACNUR. Venezuela. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MOINOLNOLKI, Neda, HAN, Myae. No Child Left Behind: What about refugees? Childhood Education, 93:1, 3-9, 2017.

HLASTSHWAYO, Mondli, VALLY, Salim. Violence, resilience and solidarity: The right to education for child migrants in South Africa. School Psychology International, vol 35(3), 266-267, 2014.

BUSKO, Danielle. Políticas Públicas Educacionais para imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul. Jornal de Políticas Educacionais, v. 11, n. 22, p. 592-602, 2017.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. A Proteção Brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.22 no.42 Brasília Jan./June 2014.

CONARE. Refúgio em Números, 4º edição, 2018.

SANTOS, J. E. S; CALSING, R. D. A; SILVA, Viviane Luiza. Refugiados no Brasil: Estamos preparados para a proteção Humanitária aquelas Pessoas? Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Ceará, v. 37, n. 2, 2017.

AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, Córdoba - Argentina, 24-26 de Setembro de 2008.

BERTRAND, D. Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach. International Migration, 36(1), 107–113, 1998.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Parecer Consultivo OC-

21/2014, de 19 de agosto de 2014, solicitado pela República Argentina, República Federativa

do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Direitos e Garantias de Crianças no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf> Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Lei nº 13, 445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 24 mai. 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 jul, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html>

FREITAS, M. C. D; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, Vulnerabilidades e Tensões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015.

ALMEIDA, M. S. N. D. Educação para refugiados congoleses em Duque de Caxias/RJ: A (In)Devida inclusão de crianças e adolescentes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Governo do Estado de São Paulo. Documento Orientador CGEB-NINC: Estudantes e Imigrantes: Matrículas e Certificados. 2. ed. São Paulo, 2018, p. 14

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO. Educação Refugiados [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <brendaseixas.seixas9@gmail.com> em 29 nov. 2019